

## APRESENTAÇÃO

# Formação de Professores, perdas e danos: A luta pela reconquista dos direitos

José Rubens Lima Jardimino

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Ouro Preto, M.G – Brasil

E-mail: [jrjardilino@ufop.edu.br](mailto:jrjardilino@ufop.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2394-9465>

A Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (RBFPF) – é uma publicação do Grupo de Trabalho Formação de Professores (GT8), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) publicada em parceria com Autêntica Editora. Esta publicação refere-se ao primeiro quadrimestre de 2022 - número 29, do volume 14 (janeiro – abril) de 2022.

O ano de 2022 se inicia num misto de ressaca do acúmulo de desgastes enfrentado nos últimos dois anos, em termos político, econômico e social, em prol de preservar, minimamente, alguns direitos inalienáveis da pessoa humana que nos quiseram solapar. Estamos numa maratona correndo para evitar que destruam todas as conquistas em termos de educação, saúde, trabalho, alimentação e moradia - cidadania...enfim, direitos a uma vida digna. Por outro lado, se inicia um ano de eleição majoritária no Brasil – prelúdio de esperança, e com isso reascende, não só a esperança, mas a disposição de lutar na busca de construir as condições político-sociais que restaure a democracia, no que diz respeito às instituições, os valores humanos e a dignidade dos brasileiros. 2022 será “tempo de luta” de militância aguerrida para jogar fora todo entulho fascista que sobreveio a “pátria amada”. Em linguagem freireana será tempo de “esperançar”, verbo que ecoou nas comemorações do centenário de nascimento de Paulo Freire e animou as ações e lutas com fins a construir condições materiais, minimamente necessárias, as nossas utopias de redemocratização e de mudança. Relembrando a Gramsci reconstituir as relações e o diálogo possível entre sociedade civil e sociedade política, quiçá, restaurar os lampejos de democracia nesta terra “brasilis”. Como democracia não é algo constituído, já, dado, mas algo em construção – como uma utopia, façamos de 2022 um ano de preparação para a retomada da democratização da nação interrompida com o golpe parlamentar de 2016.

O Grupo de Trabalho sobre Formação de Professores – GT8 da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa esteve totalmente envolvido no frente, nestes dois anos, sob a coordenação de nossas companheiras Kátia Curado, Giseli Barreto Cruz e o companheiro José Ângelo Gariglio junto aos demais que integram o GT, participando, coordenando, militando em cada manifestação, evento, monção, debate que se reuniam para lutar pela não dilapidação dos direitos já conquistados pela classe de professoras(es) – trabalhadores da educação, vilmente atingida neste período nefasto que sobreveio a nós, pós o referido golpe parlamentar.

Para pensar este editorial, com fins a ‘publicizar’ o engajamento e o compromisso do GT com a formação de professores e o trabalho docente, recorri, não somente a memória, aos colegas, mas a sumarização destas lutas feitas pelas editoras das Revistas “Retratos da Escola”, “Formação em Movimento” da Anfope e a

retrospectiva das lutas publicada pela SBPC. Este recorrido me permite afirmar que o GT08 está alinhado aos grandes debates sobre as políticas de Formação de Professores seus avanços e recuos, e de igual modo, aos temas em debate sobre o campo da **Educação** e suas Instituições, da **Ciência** e os órgãos a ela ligados (CAPES, CNPq, FAPs, FINEP), ambas na linha de fogo da (*des*)gestão do governo federal e seus cúmplices.

Os documentos assinados, subscritos, compartilhados e divulgados pelo GT em parceria com associações, centros, coletivos, fóruns, sociedades acadêmicas e movimentos sociais e da educação demonstram o tamanho da luta empreendida nestes dois anos para minimizar o ímpeto destruidor do governo de plantão, não permitindo danos maiores à Educação brasileira e aos professores e alunos no que diz respeito a destruição dos seus direitos, arduamente conquistados na jovem democracia em desenvolvimento no Brasil pós-64.

Dentre os documentos, fazemos referência o manifesto da ANFOPE<sup>1</sup> – ‘*Em defesa da Educação e da Democracia*’ que elucida já nos primeiros dias de março de 2020 (pré-pandemia), a situação da formação de professores, ressaltando o tamanho da luta a ser enfrentada nos anos seguintes:

“No campo educacional temos a edição de uma série de medidas que restringem o direito à educação e precarizam o trabalho dos professores, como a contrarreforma do Ensino Médio, a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), às intervenções nas Universidades e Institutos Federais, destruindo a autonomia didática, pedagógica, patrimonial e de gestão das Instituições públicas de Ensino. São graves os ataques à educação pública e aos seus profissionais, às suas entidades e associações, desvalorizando o magistério. Na formação de professores, destacamos a publicação em 10/02/2020 da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define ‘novas’ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial, vinculada aos conteúdos e competências da BNCC. O CNE e o MEC desconsideraram o fato de que, em todo o país, as instituições de ensino superior finalizavam processos de institucionalização da Resolução CNE/CP 2/2015, e a revogam, de forma impositiva, sem avaliar sua implementação, ferindo a autonomia universitária e negando-se ao diálogo com as entidades científicas da área educacional. O CNE rejeitou as inúmeras manifestações contrárias das entidades acadêmicas e representativas de instituições, professores e estudantes, que apontavam para as inconsistências da proposta, que visa apenas atender a interesses mercantilistas de fundações privadas que anseiam pela padronização aligeirada da BNCC. As ‘novas’ Diretrizes Nacionais Curriculares e a BNC da Formação descaracterizam os cursos de licenciatura e empobrecem a qualidade da formação de professores, com impactos nocivos sobre a educação básica, constituindo-se como mais um grave retrocesso nas políticas educacionais. (Disponível em [www.anfope.org.br](http://www.anfope.org.br)) (Grifos nossos)

No presente editorial, entendemos ser necessários ressaltar para as leitoras e leitores o tamanho e a magnitude do envolvimento deste GT nestas lutas, nos debates e na divulgação da produção do conhecimentos por meio de sua *Revista – Formação Docente-Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, sob a responsabilidade de um corpus editorial democraticamente designado pelo GT em sua última sessão na Reunião Acadêmica da ANPED, em Outubro de 2021, a saber: José Rubens Lima Jardimino (editor) Joana Paulin Romanowski, Júlio Emilio Diniz Pereira, Magali Aparecida Silvestre e Márcia de Souza Hobold (Editores Associados).

Este número foi composto com artigos da demanda de submissão geral do ano de 2021. Não se publica nenhum artigo internacional nem dossiê neste número, a fim de dar espaço aos documentos já aprovados na avaliação dupla-cega por pares articulando a regionalidade da produção, a representatividade das instituições formadoras, os temas e as autorias. Publica-se no volume 14, número 29 (primeiro de 2022) nove artigos, regionalmente distribuídos: Quatro artigos da região sul; dois da região sudeste; dois da região nordeste e

um da região norte. Não tínhamos para este número na biblioteca de submissão nenhum artigo da região centro-oeste

O primeiro artigo das pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) trata da política de formação por meio da análise da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) a partir da abordagem do ciclo de políticas e da pesquisa qualitativa. O segundo e terceiro textos reflexões que vem também do sul (FURB) e do sudeste (UNIFAL), trazem ao debate o tema do desenvolvimento profissional docente (DPD), elaborados a partir de duas perspectivas teóricas: O primeiro põe em discussão a temática orientada pela teoria Bourdieusiana de “Habitus” – *O Desenvolvimento Profissional Docente em diálogo com as concepções teóricas de Pierre Bourdieu: A constituição do Habitus profissional no Ensino de História*. O segundo, traz a temática do Desenvolvimento Profissional Docente (DPD), para sua ressonância prática: *Implicações de uma comunidade de aprendizagem ao DPD de professoras da Educação Infantil em tempos de Pandemia*. Embora ambos estejam ancorados na mesma temática, apresentam perspectivas inovadoras para o debate do tema na área considerando a teoria e a prática.

O quarto artigo elabora um “estado do conhecimento” partindo da *Análises de pesquisas na articulação entre Comunidade de Prática (CoPs) e Formação de Professores de Química*. O referido texto é fruto de pesquisa na UFRPE no qual os autores oferecem, por meio de um recorte temporal de cinco anos (2015-2020), um levantamento da temática em relação aos aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas sobre CoPs.

Os quatro artigos que seguem tratam de maneira geral da temática curricular, ainda que em universos e modalidades diferentes. Vejamos. O primeiro *“a Presença da educação literária na formação inicial de pedagogos(as): contribuições de um componente curricular”* parte da experiência de uma monitoria acadêmica vivenciada no componente curricular Língua e Literatura da graduação em Pedagogia num processo de formação inicial na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tomando-os como dados da pesquisa empírica sobre a formação Inicial; o segundo traz as questões de formação vivenciadas em uma turma de Licenciatura integrada na UFPA, tendo como objetivo refletir sobre as possibilidades de exploração dos conhecimentos adquiridos em oficinas extracurriculares, tendo em vista seu uso em futuras experiências de sala de aula, como docente. Já o terceiro da temática deste bloco curricular traz para o debate as discussões realizadas durante uma disciplina do currículo de um Programa Profissional de Mestrado em Educação de uma universidade paulistana (Uninove) que forma professores e gestores de redes públicas de educação do Estado – tratando da temática como formação continuada. A pesquisa interroga as possibilidades de se fazer uma teoria do currículo que incorpore leituras a partir da compreensão e do significado da escola e de seus agentes, notadamente, os professores. E, por fim, o último texto da quadra temática do currículo *“Inovação pedagógica e currículo nos Projetos Políticos Pedagógicos em Cursos de Formação de Professores/as”* pesquisa realizada pelas colegas da Unipampa apresenta uma investigação acerca dos (PPPC) de cursos presenciais para a formação de professores/as em uma universidade pública federal. O estudo objetivou investigar as perspectivas de inovação pedagógica na formação.

Este número finaliza com um artigo sobre a temática da formação continuada e trata da função do Professor Supervisor, profissional da educação sobre os quais temos poucos trabalhos publicados nas páginas desta revista. Considera-se aqui uma categoria ampliada do nosso conceito de profissionais da educação que, na função de supervisão na qual o professor assume com sua tarefa de ser também formador, pois na carreira não temos cursos que formar supervisor, mais sim uma função que exercem os licenciados no

processo de formação continuada dos demais companheiros(as). Nestes termos o texto *“As contribuições do Professor Supervisor para a construção da identidade docente de licenciandos em Ciências Biológicas”* é uma contribuição muito bem-vinda pensando no campo da formação de maneira mais abrangente, ou seja, em outras licenciaturas.

Esperamos que a Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação do Professor iniciando as publicações do ano de 2022 sobre as pesquisas no campo da Formação de Professores, promova e divulgue aos resultados das pesquisas e a produção do campo da formação de professor com fins à promover uma boa reflexão e sua pertinente contribuição para o avanço do conhecimento no campo.

*Agradecemos atenção do(a) leitor(a) e o convidamos à leitura*